

## **A produção de couros em Portugal nos séculos XIV e XV. Um modelo de organização na Idade Média<sup>1</sup>**

Arnaldo Sousa Melo

(Departamento de História e Lab2PT – ICS/Universidade do Minho)

### **1. Introdução**

O objeto de estudo deste artigo é a organização da atividade de curtição de peles em Portugal nos séculos XIV e XV, nas cidades e seus arrabaldes. A atividade parece concentrar-se em núcleos urbanos e nas suas imediações, embora de modo não exclusivo. Existem alguns exemplos de curtição em zonas afastadas de centros urbanos, mas em geral encontram-se muito menos documentados. Este estudo debruça-se sobretudo sobre a produção de couros em meio urbano e periurbano, partindo dos casos concretos de Porto, Guimarães e Évora.

A existência de documentação excepcional nestas cidades, no âmbito português, relativas ao tema em estudo, bem como alguns estudos prévios, levou à escolha destes três núcleos urbanos, como locais privilegiados de análise. As fontes utilizadas compõem-se sobretudo de documentação régia conservada no cartório do convento de S. Domingos do Porto, bem como livros de atas de vereação desta cidade; do Livro das Posturas Antigas de Évora; e do Tombo da Confraria dos Sapateiros de Guimarães, a que se junta alguma informação mais pontual de documentação de outras urbes.

Os dados e interpretação construídos a partir destes três exemplos parecem indicar a existência de um mesmo modelo de organização da atividade de curtição nos três espaços, com pequenos ajustes ou variações locais. Provavelmente esse modelo será comum à generalidade dos espaços urbanos do reino de Portugal nos séculos XIV e XV. Mas serão necessários mais estudos, que incidam sobre outras cidades, para comprovar, ou não, esta hipótese. Neste momento e no estado atual dos nossos conhecimentos, parece ser bastante plausível.

### **2. Locais**

Como é sabido, a atividade de curtição, ou seja, o fabrico dos couros a partir da transformação das peles retiradas dos animais abatidos, constituía uma das atividades industriais mais importantes da Idade Média, sobretudo nos séculos XIV e XV, um pouco por toda a Europa, e em particular em várias regiões da Península Ibérica, como Portugal. O seu fabrico parece concentrar-se sobretudo nas principais cidades e núcleos urbanos, em geral nas proximidades das carniçarias / açougues da carne, ou seja, os locais de abate, desmembramento e venda dos animais, sobretudo de gado bovino e caprino. A vantagem da proximidade dos locais de origem da matéria-prima, por um lado, bem como dos mercados intermédios ou finais dos couros, por outro, explica a sua concentração nos centros urbanos, mas de preferência nas suas imediações ou arrabaldes. De facto, a forte poluição dos ares e dos cursos de água e lençóis freáticos resultantes da atividade de curtição, ditava a sua localização preferencialmente periférica nos centros urbanos, sempre que possível. No entanto, a necessidade da proximidade de cursos de água em abundância, constituía uma outra condicionante fundamental na localização da atividade.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto MedCrafts – “Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV”, Ref.<sup>a</sup> PTDC/HAR-HIS/31427/2017.

Por tudo isto, a curtição apresentava uma tendência de concentração no espaço, em determinados locais de cada núcleo urbano, preferencialmente periféricos, sempre que possível. O que por vezes não acontecia.

No caso das matérias-primas, provenientes do abate dos animais, a preferência pela proximidade dos açougues resulta da circunstância de as peles, depois de retiradas do animal – ditas peles “verdes” ou “em pelo” –, deverem rapidamente ser submetidas às primeiras fases do processo de curtição para não se deteriorarem.

Por seu turno, o destino das peles curtidas também se concentrava nas cidades, pois era aí que abundavam os vários mesteres dos couros – sapateiros, peliteiros, bainheiros, e muitos outros – que utilizam esse produto como matéria-prima. E era também aí que se concentravam as atividades comerciais que faziam circular as peles curtidas como material de comércio regional, inter-regional e internacional.

No caso do Porto, a concentração de atividades de curtição na zona do Souto em torno das proximidades do Rio de Vila era já antiga. Provavelmente desde o século XIII aí se terão começado, lentamente, a concentrar as atividades de curtição, mas é ao longo dos séculos XIV e XV que se verifica um incremento e expansão da sua instalação nesta zona e uma concomitante expansão da área ocupada pelos curtumes.

Essas atividades aparecem sempre localizadas na “rua do Souto”, ou simplesmente “no Souto”, ou ainda esporadicamente em designações como “na rua do Souto hu fazem os pelames” (Melo 2007, 136-156).<sup>2</sup>

Aparentemente seria ao longo desta artéria e suas imediações, dos dois lados do Rio de Vila que se concentravam tais atividades. Corresponderia a uma zona que teria como eixo a Rua do Souto atravessando este rio, aproximadamente no sentido Sul/Norte, sensivelmente desde próximo da zona mais tarde chamada fraga dos pelames (na margem esquerda) até à intersecção com a futura rua das Flores (na margem direita). Estes dois extremos seriam aproximadamente o limite máximo de afastamento relativamente àquele curso de água, já que estas atividades não se podiam dele afastar muito, dado a sua dependência de abundância de água. Será o caso, por exemplo, da depois chamada fraga dos Pelames que parece ser apenas na segunda metade do século XV que se desenvolve, ou inicia mesmo, a construção intensiva de pelames cavados na própria rocha (Melo 2007, 141-145).

Note-se que, se a partir do século XVI, estas atividades parecem concentrar-se na margem esquerda do rio de Vila, anteriormente parecem desenvolver-se em ambas as margens. Note-se que na maioria dos casos se refere simplesmente a localização na rua ou zona do Souto sem especificar em qual das margens do Rio de Vila. A partir de pelo menos os finais do século XV e durante o Período Moderno, parece verificar-se a concentração na margem esquerda. Assim “pelames” acabará por se transformar em topónimo da zona, pelo menos já em finais do século XV e mais tarde será nome de Rua – único vestígio que hoje resta de tais atividades. Por seu turno, a margem direita com a abertura da Rua das Flores nos inícios do século XVI, enobreceu-se e deve ter visto reduzir-se tais atividades, que, por esse motivo, se podem ter concentrado cada vez mais no reduto da margem esquerda do Rio de Vila. Em todo o caso, manter-se-á nessa zona até ao século XVIII, decerto por reunir condições necessárias dificilmente replicáveis em áreas envolventes: proximidade dos açougues da carne e curso de água abundante e de forte declive que facilitaria o escoamento da água poluída para o rio Douro. Decerto por isso, estas atividades irão manter-se ainda por muito tempo nesta zona central da cidade

---

<sup>2</sup> Documento de 1350 (Arquivo Distrital do Porto (ADP), *Convento de S. Domingos*, K/21/2/2 - 775 e K/21/2/2 - 776 (Livro 3º de Pergaminhos), Perg. 85).

e próxima de áreas de prestígio, ao contrário de outras cidades em que se verifica a “expulsão” destas atividades para os novos arrabaldes da cidade à medida que estas crescem e os antigos arrabaldes são englobados no centro urbano (Melo 2007, 141-145).

Saliente-se que “Rua dos Pelames” parece ser topónimo apenas do século XVI, embora desde o século XIV, pelo menos esporadicamente, se encontre o vocábulo pelames associado a essa mesma área – mas não ainda rua desse nome – como por exemplo expressões “na rua do Souto hu fazem os pellames” (Melo 2007, 141-145). Fica aqui a dúvida se neste contexto “pelames” significaria, de modo genérico atividades ou equipamento de curtição – ou sinónimo de “tanaria” – ou se referia a um tipo específico de tanque.<sup>3</sup> Talvez seja mais provável a primeira hipótese, pois as referências a pelames como sinónimo de um tipo específico de tanque ou estrutura – em concreto, tanques cavados na rocha, de que se construíram vários na segunda metade século XV e inícios do XVI nessa fraga – parece não ser muito frequente antes de meados do século XV. A hipótese que se propõe é que a afirmação deste topónimo se observa em paralelo e em relação com o desenvolvimento desse tipo de estruturas. Paralelamente a palavra “pelame” irá também, paulatinamente, substituir “tanaria” como local ou oficina de curtição, ao ponto de o uso deste vocábulo entrar em declínio e em breve em desuso.<sup>4</sup> Esta mudança de vocabulário, relativa a estruturas específicas – os tanques na rocha –, a locais de curtição – as oficinas – e a um topónimo parece ter-se verificado na segunda metade do século XV e começos do século seguinte (Melo 2007, 141-145).

Por seu turno, em Guimarães, cidade com uma fortíssima tradição de produção de curtumes já desde o século XII e XIII, encontra-se desde essas datas a produção de couros concentrada na zona designada desde o século XIII e até hoje como a zona de “Couros”, ou simplesmente “Couros”, atravessado por um pequeno rio homónimo – “Rio de Couros” – designações que ainda hoje se conservam. A existência de tanques de curtição provavelmente em pedra, os pelames, concentrados e muito numerosos nessa zona extramuros, arrabalde periférico, embora próxima das muralhas e junto do curso de água essencial à atividade mas tão poluída e condicionado por ela que desse cedo foi batizado com a própria designação do mester (Carvalho, 79-82). Aí se atestam muitos pelames ou tanques de curtição, na sua maioria propriedade da Confraria e Hospital dos Sapateiros da cidade (9 pelames, em 1499) (Marques, 18-19) ou da Colegiada de Santa Maria da Oliveira (7 pelames em 1482/83; 6 em 1462/63 e apenas 3 em 1442/43 (Correia, 29): mas estes valores apenas nos indicam o aumento do número de pelames da Colegiada, não o número total de pelames, pois provavelmente já existiam anteriormente, antes de entrarem na posse da Colegiada. Ou seja, juntando os pelames da confraria dos sapateiros com os da Colegiada teríamos cerca de 18 pelames na zona de Couros em finais do século XV, fora outros de distintos proprietários cujo número desconhecemos. A Colegiada de Santa Maria de Oliveira da Guimarães era principal entidade eclesiástica da cidade e uma das maiores do reino, detentora de imenso património na cidade e fora dela, e que os trazem emprazados ou arrendados por anos ou vidas, muitas vezes a sapateiros. Nessa zona de Couros, além dos pelames encontramos outras estruturas dedicadas à curtição, como “casas” e “casas com os pelames” (“traz pelames que estom todos trez em huma casa”) e ainda como a “pedra de curtume” ou “pedra de humar”. (Correia, 29). Dentro da cidade verificava-se a concentração de muitos mesteres dos couros, ou seja, em que as

<sup>3</sup> A palavra “pelame” pode ter, entre outros, estes dois significados (cf. Viterbo 1993; Silva 1949-59).

<sup>4</sup> Já no século XVIII “tanaria” ou “teneria” figura no *Elucidário* de Viterbo, o que implica que já era palavra antiga que não se usava. Aproveito para alertar para o cuidado a ter na leitura destes vocábulos nos documentos em escrita antiga (paleográfica), para não se confundir com tanoaria, que tem um significado completamente distinto.

peles curtidas eram a matéria-prima principal, como os sapateiros, cuja importância na cidade se refletia na existência de uma Rua Sapateira – uma das principais artérias de mesteres e comércio da cidade – e na Confraria e Hospital dos sapateiros, uma das principais confrarias de Guimarães, e uma das poucas irmandades de mester, no período estudado.

Em Braga verifica-se uma situação semelhante, embora a importância dos pelames e dos mesteres no conjunto da cidade, parece ser mais reduzida do que em Guimarães, não existindo confraria nem hospital de sapateiros. No entanto, existe o mesmo modelo de concentração de pelames, ou tanques de curtir junto ao curso de água, neste caso o Rio Este, fora e afastado da cidade e afastado das muralhas, que se atingiam através da Rua dos Pelames que da porta da cidade a eles conduzia. Propriedade em grande parte do Cabido de Sé de Braga, em número de 37 “pelames de sapateiros” em meados do século XV que as emprazava a diversas pessoas, em particular sapateiros (Ribeiro e Melo, 157-158).

Finalmente em Évora verifica-se a mesma tendência de concentração dos pelames e alçaçarias em zona periférica, numa primeira fase junto das portas de Moura, da cerca velha, para posteriormente se deslocarem para zona mais periférica, na parte a nordeste de cidade na cerca nova, acompanhando o crescimento da cidade e a necessidade de se manter afastado do centro, que, entretanto, se expandira (Beirante, 416-418 e 429).

### 3. Os homens

As atividades de curtição eram organizadas e coordenadas sobretudo por sapateiros em também por mercadores. Outros agentes empreendedores, como mesteiros de outros sectores são por vezes referidos e podemos admitir que outras pessoas, incluindo alguns senhores eclesiásticos ou nobres pudessem fazê-lo. Mas é raro ser encontrado. Em contrapartida, os proprietários das instalações fixas de curtição, sobretudo dos pelames ou aloques, em geral tanques de pedra, portanto fixos no solo, ou seja, um bem imóvel, são com frequência, e penso que maioritariamente, de propriedade senhorial, eclesiástica ou laica, e até de proprietários não nobres, como se referiu atrás. A mesma situação se verifica com os proprietários de casas que contêm equipamento fixo de atividade de curtição, em geral designados como “tanarias”<sup>5</sup> e “alçaçarias”. Em geral, esses proprietários imobiliários emprazam ou alugam esses equipamentos na longa duração, em vidas ou em anos, em troca de rendas anuais, da mesma forma que o fazem com outros tipos de bens imóveis, como casas, terrenos urbanos ou rurais, etc. Portanto, esses proprietários, em geral, não se dedicam diretamente à atividade de curtição, a sua atuação enquadra-se numa lógica mais global de gestão do seu património imobiliário, que em larga medida se baseia nos aforamentos e emprazamento, em troca de rendas fixas anuais.

Quem traz emprazada ou alugada esse pelame ou casas com equipamentos de curtição, é que se dedica de forma mais direta às atividades de curtição, desenvolvendo a sua curtição própria de peles, mas também alugando as instalações e equipamentos, por tempos curtos – dias, semanas por vezes meses – o necessário para os processos de curtição de peles de outras pessoas poderem ser realizados, como será explicado mais à frente neste artigo.

Estas pessoas que trazem emprazados estas estruturas e equipamentos são muitas vezes sapateiros, ou outros mesteiros. Encontram-se exemplos de um ferreiro e dois

---

<sup>5</sup> Já no século XVIII “tanaria” ou “teneria” figura no *Elucidário*, o que implica ser então palavra antiga caída em desuso.

curtidores como tendo prazos de tanarias e ainda outros sem nenhum designativo ocupacional (Melo 2007, 145). Mas uma parte significativa são sapateiros.

Ou seja, estas atividades não eram apenas realizadas por curtidores, mas também por “sapateiros e outros mesterais” que nelas teriam participação de relevo, em particular os sapateiros, caso contrário não seriam individualizados. Realidade de resto corroborada por outros dados, que nos mostram que no Porto os sapateiros parecem ter tido nos séculos XIV para o XV papel preponderante na curtição.

Finalmente, os especialistas técnicos na curtição de peles, os curtidores e os surradores, mas sobretudo os primeiros. São aqueles que executam os processos de curtição propriamente ditos, mas que muitas vezes são apenas assalariados contratados pelos donos das peles. E raramente surgem como trazendo emprazados ou alugados os pelames e tanarias.

Os sapateiros e mercadores parecem ser aqueles que mais frequentemente surgem como donos das peles, ou seja, o empreendedor que compra as peles e as faz curtir para depois as vender ou usar como matéria-prima nas indústrias dos couros. Raramente os curtidores surgem nesta posição, mas em geral apenas como assalariados, como veremos melhor de seguida.

Por isso estamos mal informados sobre os curtidores, aparecem pouco na documentação, uma vez que em geral apesar de especialistas nessa arte, não controlam o processo produtivo. Pelo contrário, sapateiros, mercadores e outros mais ligados à organização do processo produtivo aparecem mais nos documentos, são mais visíveis (Melo 2007, 145).

#### 4. Técnicas, equipamentos e instalações

No século XIV e inícios do XV na zona da Rua do Souto, no Porto, os equipamentos de curtição referidos estão quase todos dentro de “casas”, ou instalações também chamadas “tanarias” (variantes: “tenarias”, “tenerias”), por vezes alcaçarias ou “casas nas quais fazem tanarias”.

“Tanaria” vem de “tanar”, ou seja, curtir com taninos. Se o verbo ainda existe no português contemporâneo, ainda que pouco utilizado, já o substantivo parece ter desaparecido do nosso léxico atual. Este, já no século XVIII estava em desuso, como se mostra pelo facto de vir inserido no *Elucidário*. “Tanaria” teve o significado de local ou oficina de curtição e neste sentido pode ser sinónimo de alcaçarias e de pelames (ainda que este vocábulo tenha igualmente outros significados); (cf. por todos *Elucidário* cit., e o *Grande Dicionário* cit, de Morais Silva). Como é sabido, existem palavras equivalentes a tanaria, ainda em uso corrente, em várias outras línguas, em particular em francês e em inglês (*tannerie* e *tannery*, respetivamente) e, embora de uso menos corrente, em castelhano (*tenería*). Sobre a caracterização das “tanarias” em Córdova no século XV ver (Córdova de la Llave 1990, 174- 176).

Sempre no piso térreo, encontrámos “tinas”, “tinalhas”, “tinalhas de curtir coiros” e “cordovães”, “dornas” e “caldeiras”, bem como referências sistemáticas a água suja (“lixosa”), em concreto “água humada” e “água çumagrada”, (de “sumagre”) também reveladores das técnicas e atividades de curtição.

O vocábulo “humada”, no Entre Douro-e-Minho (Silva, 59) refere-se a “banho de água com excremento de pombas para eliminar os restos de cal”, próprio das fases preparatórias do processo de curtição, antes de seguirem para o curtimento propriamente dito. “Sumagrada” significa, obviamente, água com sumagre e outros ingredientes, utilizada, como é sabido, para a curtição de peles (cf. o que a seguir digo sobre este assunto). Parece-me muito significativo que querendo designar em geral a água suja da

curtição se refira “água sumagrada”. O que mostra que o sumagre era de tal modo dominante que nesta designação se abrangia toda a água suja da curtição. Decerto que outras técnicas seriam utilizadas, como a “casca”, um preparado à base da cortiça de carvalhos e outras árvores.

Documentos de finais do século XV, de um Tombo de Rocamador, mostram que pelo menos algumas tanarias, além disto, tinham outros equipamentos e utensílios de curtir, como “mós de casca” – onde de resto a casa era bem mais larga – o que remete para outras técnicas de curtição, que provavelmente já existiam antes.<sup>6</sup> A “casca” refere-se a uma das outras técnicas principais utilizadas para curtir. Em vez do sumagre, utilizava -se uma combinação de cascas de carvalho e outras árvores, designada “casca”. Para a obter eram necessárias mós que as reduzissem a pó. Estas existiam com frequência dentro das “tanarias”, como é claramente o caso neste documento.<sup>7</sup>

A provável existência de um forno de cal no Souto, desde pelos menos os inícios do século XV e provavelmente já anterior, reforça a importância deste núcleo industrial já que a cal era indispensável para algumas fases da curtição (Melo 2007, 146).

**Quadro 1.** Equipamentos, materiais e técnicas de curtição referidos na documentação analisada (Porto, 1342-1429) (Melo 2007, 147).

<b>Operações/ fases do processo de curtir as peles</b>	<b>Equipamentos e resíduos da curtição referidos nos documentos</b>
lavar peles	Poça/presa do concelho; "tinalhas onde lavam as peles";
lavar, banho de cal e banhos para retirar cal	Tinas, tinalhas; "tinalhas onde lavam as peles"; "água humada"
curtir	"Tinalhas de curar coiros e cordovaaes"; <i>dornas</i> bem assentes no solo; "água sumagrada"; "casca"
Aquecer água	Caldeiras de aquecer água para "cozinhar" as neles
Genérico	Tinas, tinalhas

“Tinas” e “tinalhas” ou “tinhalhas” pode referir-se quer a equipamentos genéricos da curtição, quer a tipos específicos de recipientes para os banhos de imersão das peles, nas atividades iniciais do processo (como as lavagens preliminares, os banhos de cal, ou os banhos subsequentes para retirar essa mesma cal com “água humada”). Já as “tinalhas de curtir coiros” e “cordovães”, e as “dornas” parecem ser vocábulos exclusivos para os tanques destinados ao processo de curtição propriamente dito, em banhos de taninos vegetais (com sumagre, “casca” ou outros). Estas últimas deviam ser bem assentes no solo, à semelhança das práticas de outros lugares, conforme é confirmado pelos documentos que referem as dornas tão assentes no solo que quase tocam num cano de abastecimento de água ao mosteiro de S. Domingos, que corria subterrâneo.

<sup>6</sup> Documento do Arquivo da *Santa Casa da Misericórdia do Porto* (ASCMP), *Tombo de Rocamador*, fls. 20, de 1498 (Melo 2007, 146).

<sup>7</sup> Para a explicação completa destes processos técnicos e vocabulário cf. Córdoba de la Llave 1990, 156-171, em esp. 163-164 e 166 e 174-176; e Córdoba de la Llave 2002, 297-303; também em Évora, na segunda metade do século XIV, encontramos vestígios destas várias técnicas, ingredientes e estruturas produtivas (*Livro das Posturas Antigas de Évora*, 68-69).

"tanarias e tinalhas de curar coiros e cordovaes as quais som tanto soterradas e junto com o cano [...]"<sup>8</sup>

Durante o processo de curtição era por vezes necessário aplicar água quente e daí a importância e a necessidade de caldeiras dentro das tanarias, de que encontramos vários exemplos, como num documento de 1425 que refere a caldeira grande “em que se quentavam agoas das çumagradas para os cordavaens” (Melo 2007, 148), ou as queixas sobre atividades de curtição em que se diz “e cozinhando lhes [as peles] nas caldeiras sobre o dito cano” (Melo 2007, 148).

Os únicos equipamentos a que encontramos referências localizados fora de casas ou “tanarias” são uma “poça”, ou “presa” (Melo 2007, 148), que devem dizer respeito às fases de lavagem das peles. Eventualmente existiriam também outros equipamentos ao ar livre, mas não são referidos nestes documentos.

Os tanques ao ar livre, em particular os cavados na rocha que encontramos na segunda metade do século XV e inícios do seguinte, e então designados “pelames”, aparecem raramente nos documentos sobre a zona do Souto, no Porto, de finais do XIV e inícios do XV. Parece ter um uso mais difundido a partir da segunda metade do século XV. Até lá pelo menos, às instalações industriais cobertas – então chamadas “tanarias”, por vezes “alçaçarias” – e aos equipamentos nelas contidos – “tinalhas”, “dornas”, ... – não se lhes chama “pelames”. Talvez se reservasse então esta palavra para tanques ao ar livre e talvez sobretudo àqueles cavados na rocha, e por vezes, por generalização, ao conjunto das instalações de curtição. De resto, a partir da segunda metade do século XV enquanto a palavra “tanaria” vai entrando em desuso, “pelame” parece ser mais utilizado, seja no seu sentido genérico, seja neste específico.

Como já se referiu a palavra “pelame” podia ter um de três sentidos: sinónimo de “tanaria”, ou seja, instalações ou oficinas de curtição; qualquer tipo de tanque utilizado no processo de curtição; ou um tipo específico de tanque – no sentido etimológico de pelame (“pelomem”, de pelo) –, aquele onde as peles eram submetidas ao banho de cal, que antecedia o descabelar ou tirar o pelo, e anterior à curtição com taninos propriamente dita (cf. por todos Viterbo 1993 e Silva 1949-59). É este o sentido específico que Ricardo Córdoba encontra para este vocábulo em Córdoba do século XV (1990, 156-171, em esp. 163- 164 e 166 e 174- 176). Para o Porto dos séculos XIV e inícios de XV, além do vocábulo ser raro, como referimos, nem sempre é claro em qual destes sentidos era utilizado. Já na segunda metade do século XV parece aparecer, com frequência, referindo-se a tanques cavados na rocha. Note-se ainda que a palavra anoque (ou aloque) aparece raramente nos documentos analisados. A avaliar pelo uso que dela faz a historiografia, parece ser muito usada a partir do século XVI (Melo 2007, 148).

São raros os casos em que nos é possível reconstituir o interior de uma tanaria. Dos poucos que conhecemos, encontramos os vários tipos de tanques e tinalhas já referidos, mas geralmente não especificando quantidades de cada tipo; mas como aparecem com frequência associadas referências nesses mesmos locais a águas “humadas e sumagradas” dá-nos a indicação de que na “tanaria” se procederia às várias fases da curtição. Dos poucos dados quantitativos encontrados, refira-se “uma casa que era tanaria” com duas caldeiras em ferros; uma “tanaria” com 3 “dornas”; outra com 2 “tinas” (Melo 2007, 148).

As tanarias e estes equipamentos parecem ser sempre localizadas no piso térreo, cujo chão era geralmente em terra, ou raras vezes lajeado, ou mal lajeado. Assim a água suja

<sup>8</sup> Arquivo Distrital do Porto (ADP), *Convento de S. Domingos*, K/21/2/2 - 775 e K/21/2/2 - 776 Perg. 95 de 1429. cf. Ricardo Córdoba 1990, 168; (Melo 2007, 147-148 e 154-156).

era deitada no chão da própria casa que era em geral de terra. Finalmente note-se que, por vezes, parece que a casa em que se situava a “tanaria” era também de habitação. Sendo aquela localizada no piso térreo, como já referimos, o sobrado podia servir de morada. Apenas ignoramos se esta situação era a norma, se a exceção. De resto, muitas destas casas tinham também “eixido”. Este poderia servir de apoio à economia familiar, ou como extensão da “tanaria”, ou ambos (Melo 2007, 149-150).

## 5. Organização da atividade / modelo de negócio

**Quadro 2.** Tarefas e custos para curtir “peles de cabras e cabroões em cabelo” (Évora 1380/82)

Tarefas	Custo
peles de cabras e cabroões em cabelo	A 15 soldos, ou seja 30 peles = 22 libras e meia
Sisa	8,5 soldos
para quem as levar para a casa	8 drs ,
Sumagre para as 30 peles 7 arrobas de sumagre para as curtir	cada arroba a 12 soldos, ou seja, total de 4 libras e 13 soldos
do peso	7 drs.
Sisa dele	18 drs.
10 alqueires de cal para 2 pelames 1 velho e 1 novo	a cal 1 soldo o alqueire, ou seja, 10 soldos
quem leva a cal ao pelame	8 drs.
Aos que escabelam a pele	5 soldos e 2 drs. cada pele
Por coser estas peles	5 soldos e 2 drs cada pele
Por carga de lenha para aquecer agua para o testo	5 soldos
A quem faz o testo para estas peles	36 soldos por 3 dias a 13 soldos cada dia
Do aluguer do pelame	10 soldos (entre 30 e 15 e curtiam 1, 2 e 3 vezes, por isso definiram os 10 soldos)
A quem çurra as peles	3 libras e 2 soldos cada pele

Fonte dos dados: *Livro das Posturas Antigas de Évora*, 64-65.

No contexto dum processo de tabelamento de preços de diversos produtos o concelho de Évora convocou representantes de diversos mesteres, para com eles estipular e definir os custos de produção de vários bens, a fim de tentarem alcançar um tabelamento de preço final de venda “justo”, tendo em conta as despesas ou custos de produção, por um lado, e os interesses dos consumidores, por outro. No caso da curtição de peles, foram chamados como testemunhas, representando o conjunto dos mesteres da respetiva arte, 3 sapateiros (um dos quais “vedor”) e 2 carneiros, “jurando pelos evangelhos” que iriam dizer a verdade. O Quadro 2 representa a lista e das tarefas necessárias e respetivos custos de produção, por eles identificados, para o processo de curtição de peles de cabra e de bode



(“cabrão”).<sup>9</sup>

Sobre o processo de curtição de peles afigura-se extremamente significativo que os mesterais convocados pelo concelho tenham sido sapateiros e carnicheiros e que, pelo contrário, nenhum dos mesteres técnicos da curtição sejam ouvidos, e alguns nem sequer referidos – nomeadamente peliteiros, curtidores e surradores.

Carniceiros e sapateiros: os primeiros pelo menos podiam atestar o preço das “peles verdes” ou em cabelo, à saída dos locais de abate, se é que também não se dedicavam ao processo de curtição. Os sapateiros, em Évora como noutras cidades do reino, parecem ser aqueles que mais se dedicam à curtição de peles, como já se referiu anteriormente.

Como se pode depreender da observação das tarefas, materiais, mão de obra e custos envolvidos na produção de couro resumidos na Quadro 2, destaca-se o envolvimento de diferentes tipos de mão de obra, especializados uns, outros indiferenciados, mas todo ela composta por assalariados pagos à tarefa / dia, numa relação laboral de tipo intermitente e ocasional apenas enquanto durar o desempenho da tarefa específica. Os sapateiros e eventualmente também os carnicheiros, surgem com os organizadores da curtição, sendo os donos dos produtos desde a compra da matéria-prima até ao produto final e assegurando todas as despesas da atividade da curtição, matérias-primas, produtos necessários à transformação, como o sumagre ou a cal, salários dos trabalhadores e aluguer das instalações e equipamentos. Desse modo, asseguravam o controlo e a direção de todo o processo da produção de couros, sem custos fixos, ou seja, comprando produtos, pagando salários e alugando estruturas de produção apenas durante o tempo necessário para cada empreitada de curtir peles. Portanto, assumem-se como empresários ou empreendedores da curtição, aplicando os capitais necessários e detendo a propriedade dos bens ao longo de todo o processo. Para essa finalidade, organizam uma “empresa” que dura apenas enquanto decorre o processo de curtição e se extingue no final desse ciclo, podendo depois voltar a ser montada quando voltar a ser necessário curtir peles.

Esta apreciação e descrição de um modelo de negócio que acabamos de propor e reconstituir a partir dos dados resumidos no Quadro 2, que representam um conjunto de informações sistematizadas e organizadas são extremamente raras, se não únicas, na documentação medieval portuguesa, com este nível de pormenor de descrição de custos de produção e das tarefas do ciclo produtivo de um setor específico.

Estes dados associados às informações, mais dispersas, mas variadas, de que dispomos para outros lugares, como Porto e Guimarães, entre outros, que atrás se referiu, parecem completar-se uns aos outros e apontam para a existência de um modelo comum das formas de organização da produção de couros em Portugal nos séculos XIV e XV, que passo a sistematizar.

Quando se refere modelo comum, pelo menos comum, nos seus aspetos gerais, a estas três cidades, não invalidando a existência de particularidades locais. Nem negando a possibilidade da eventual existência de outros modelos, mas que para já não se encontraram.

Os sapateiros são aqueles que surgem com maior frequência neste papel de empresários dos couros, a que se junta em algumas cidades, provavelmente alguns carnicheiros – ainda que noutras, como no Porto, sejam expressamente proibidos de curtir peles – e com muito frequência mercadores, como no caso do Porto e exemplos de mercadores portugueses e italianos em Portugal (Melo 2009, vol. 1, 255-257).

Note-se que os mesterais especialistas da curtição parecem ter sempre uma posição subordinada e dependente no processo de curtição, sem autonomia, raras vezes são

---

<sup>9</sup> *Livro das Posturas Antigas de Évora*, 64-65.

chamados pelas autoridades para serem ouvidos e por vezes nem sequer são referidos. Note-se como no caso de Évora são referidos os surradores, embora na situação de simples assalariados, mas os curtidores nem sequer são nomeados. E sabemos que a competência técnica desses homens era muito importante, fazendo a diferença entre um bom ou um mau couro e respetivo valor. No entanto, uma vez que surgem sempre como assalariados contratados à tarefa / dia, não sendo proprietários dos produtos, nem detentores de equipamentos ou estruturas pesadas, como os pelames, a sua posição será sempre subordinada e dependentes, ainda que importante.

Sapateiros e mercadores na sua atuação na produção de couros, caracterizam-se pela poliatividade, ou seja, os empresários dos couros são sobretudo sapateiros e mercadores, pessoas que se designam e caracterizam por exercerem uma outra atividade ou profissão, no âmbito da qual a atividade de curtição é apenas uma entre outras e provavelmente nem será a principal. E esta produção de couros será intermitente, até porque quem organiza a produção de couros não parece exercer tarefas concretas na curtição, nem de forma contínua, mas esporádica.

No caso dos mercadores, por natureza dedicavam-se a diversos negócios e atividades, em que a curtição surge como uma forma de investimento entre outras, em particular para fins de comércio de couros local, regional ou internacional.

Quanto aos sapateiros, o fabrico de couros apresenta uma ligação óbvia e direta com a sua atividade principal (sapateiro), que utiliza os couros como matéria-prima. Ao que parece, os sapateiros preferiam, ou necessitavam, fabricar os seus próprios couros do que comprar a outros peles já curtidas. Questão de garantir a qualidade? Ou objetivos de garantir preços mais baixos na obtenção da matéria-prima, para o mester de sapateiro; ou simplesmente, haveria escassez de couros no mercado, pois muito seria para exportação e como tal o que existia, além de insuficiente, seria mais caro? Ou tudo isto em simultâneo, entre outros fatores possíveis? De facto, não sabemos, mas podemos supor que uma parte destes fatores levassem os sapateiros a ter de curtir grande parte dos couros que utilizavam. Nesse caso, a curtição de pele ligava-se diretamente com a sua ocupação principal, fazia parte da mesma fileira produtiva. O que não impedia que, ao mesmo tempo, também pudessem vender uma parte desses couros nos lucrativos mercados internacionais (temos notícia de exportação de couros realizada por portugueses, mas também de mercadores italianos e castelhanos que em Lisboa, ou pela “província” andavam à procura de couros para comprar e levar para fora do reino).

Por seu lado os mercadores, dedicavam-se também à curtição de peles, e por vez em meio rural e afastados dos centros urbanos, de grandes quantidades de pele muito provavelmente destinadas à exportação.

Exemplo do mercador do Porto que tinha grandes quantidades de peles a curtir em S. João da Pesqueira, nas tanarias de um curtidor local, segundo se diz expressamente no testamento de Gil Martins das tendas, de 15 de novembro de 1390 (Melo 2009, vol. 1, 256).

Ou seja, também aqui a curtição de peles se articulava estritamente com as outras atividades “principais”, a que se dedicavam. No caso dos sapateiros, a esse mester; no caso dos mercadores portugueses, o comércio marítimo internacional. Em ambos os casos, parece que aqueles que, porventura, representavam a principal procura de couros, eram os mesmos que as produziam. De facto, não se encontra indícios da existência de uma produção de couros independente dessa procura, isto é de produtores que vendessem a sua produção a esses consumidores finais ou intermédios, como se passava em muitos outros mestres.

Ao mesmo tempo podemos identificar um segundo grupo de intervenientes que retira

dividendos e rendimentos das operações de curtição, embora de modo indireto. Trata-se dos proprietários de estruturas e equipamentos, ou até, em parte, aqueles que os trazem emprazados, como pelames e tanárias, e que os alugam pelo tempo necessário às atividades de curtição. De modo semelhante a outros setores, como os moinhos, trata-se de um rendimento assegurado pelas rendas originadas pela utilização desses meios de produção. Enquadra-se nas estratégias habituais, na época, de gestão de património imobiliário. Também esses proprietários não são, em geral, especialistas da curtição.

Talvez por isto os especialistas da curtição aparecem sempre em posições subordinadas e de dependência, como assalariados. Tal situação seria causa e consequência da impossibilidade deste setor se afirmar como uma atividade autónoma e controlada pelos seus próprios mestres da arte de curtir.

**Obras citadas**

- Beirante, M.<sup>a</sup> Ângela. *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian e JNICT, 1995.
- Carvalho, A. L. *Mesteres de Guimarães*, 7 vols. Guimarães: 1939-51, vol. III: 1942.
- Córdoba de la Llave, Ricardo. *La industria medieval de Córdoba*. Córdoba: 1990.
- . “Las Técnicas Preindustriales”, in *Historia de la Ciencia y de la Técnica en la Corona de Castilla*, dir. de L. García Ballester, II - *Edad Media*. 2002. 297-303.
- Correia, Maria João Pereira. *O património urbano do cabido da Colegiada de Guimarães no século XV: propriedade, rendas e enfiteutas*. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado em História), 2016.
- Livro das Posturas Antigas de Évora*, apr. Maria Filomena Lopes de Barros e Maria Leonor F. O. Silva Santos, transc. Ana Sesifredo, Fátima Farrica, Miguel Meira, in *Posturas Municipais Portuguesas: séculos XIV-XVIII*, ed. Maria Filomena Lopes de Barros e Mário Viana. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 2012.
- Marques, José. “A Confraria e o Hospital dos Sapateiros de Guimarães: património e inserção social, em 1499”, *Boletim Trabalhos Históricos*, série III, vol. II (2012/13): 9-60.
- Melo, Arnaldo Sousa. “O convento de S. Domingos e os curtumes: abastecimento de água, poluição e paisagem no Porto dos séculos XIV e XV”, in *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*, coord. de Iria Gonçalves. Lisboa: 2007. 121-156.
- . *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320–c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320-c. 1415*, 2 vols. UM e EHESS: Braga e Paris, 2009 (tese de doutoramento); URL: <http://hdl.handle.net/1822/9896>.
- Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa. “A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa” in Ribeiro, Maria do Carmo e Melo, Arnaldo Sousa (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*. Braga: Ed. CITCEM, 2012. 145-171.
- Silva, António de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 10<sup>a</sup> edição, 10 vols., 1949-1959.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, 2 vols., edição crítica baseada nos manuscritos originais de Viterbo por Mário Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1993.